



Demonstrações Financeiras Combinadas

Zilor

31 de março de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da Administração

Relatório de revisão dos auditores independentes..... 1

Demonstrações financeiras condensadas auditadas

Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração do acervo líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Demonstração do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras condensadas.....	11



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 23/24, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade da Zilor. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024.

1.1. Visão Geral da Zilor

O grupo Zilor é composto por três áreas de negócios: a Companhia, empresa do setor sucroenergético, conta com três unidades industriais. Ela produz açúcar e etanol, possui o segmento que explora a cogeração de energia elétrica; e por fim, a unidade de negócios Biorigin, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norte-americanos e europeu, com atuação em mais de 60 países.

A Zilor diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin atua nos segmentos Food (alimentação humana) onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes. Além disso, no segmento Feed de alimentação animal disponibiliza, produtos que, além de serem nutricionais, aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin.

Com capacidade de moagem de 12 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes *players* do setor. Além disso, somos o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., a maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol. Isso nos garante o escoamento das nossas *commodities* (açúcar e etanol).

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4.721 mil colaboradores dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

2. Governança

2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras, a Zilor implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados.



O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Zilor além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Zilor com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

2.2. Política de dividendos

A política de remuneração dos acionistas da Companhia segue o art. 33 do Estatuto Social de Companhia, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Zilor, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado;
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.

3. Desempenho Operacional

Na Safra 23/24, todas as unidades industriais da Zilor tiveram um aumento no processamento de cana-de-açúcar, alcançando a sua maior marca histórica. Além disso, o volume de energia exportada registrou um crescimento expressivo em comparação com a safra passada, devido ao início da operação da expansão da cogeração da Usina São José em abril de 2023 e à maior eficiência na cogeração de energia devido ao maior investimento de modernização.

Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.



(mil tons)	23/24	22/23	Varição
Informações Consolidadas			
Moagem Total	11.420,4	10.550,0	8,3%
Moagem Própria	3.879,6	3.367,4	15,2%
Moagem Terceiros	7.540,8	7.182,6	5,0%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	8.246,1	7.482,9	10,2%
Quatá/SP	3.174,3	3.067,1	3,5%

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Na Safra 23/24, a Zilor registrou um recorde de moagem, processando 11.420 mil toneladas de cana, o que representa um aumento de 8,3% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse resultado inclui um crescimento significativo de 15,2% na moagem de cana própria, à maior área de cana própria na região de Lençóis Paulista é devido à assunção de áreas arrendadas em virtude do término de contratos de parceria. O destaque fica para a região de Quatá/SP, onde a moagem teve um incremento de 3,5%, atingindo um recorde histórico de moagem na safra com 3.174,3 mil toneladas. Esses resultados positivos são reflexo dos investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia e mudanças nos processos, bem como da maior disponibilidade operacional da empresa.

Produção	23/24	22/23	Varição
Açúcar (mil/ton)	741,9	694,9	6,8%
Branco	284,4	240,9	18,1%
Bruto	379,5	344,8	10,1%
FS ¹	78,0	109,2	-28,6%
Etanol (mil/m³)	495,8	450,6	10,0%
Anidro	350,1	312,6	12,0%
Hidratado	145,7	138,0	5,6%
Energia Exportada (mil MWh)	772,7	490,5	57,5%
Contratada	649,1	462,0	40,5%
Spot	123,6	28,5	333,7%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unico²)	46% vs 54%	46% vs 54%	

1. FS: Fermentable sugar

2. Unico: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 23/24, a produção de açúcar teve um incremento de 6,8% devido a priorização do mix, com o objetivo de capturar os melhores preços.

A Energia comercializada foi de 772,7 mil MWh na Safra 23/24, aumento de 57,5% em relação à Safra 22/23. Esse crescimento está relacionado ao maior volume de cana processada e à expansão da cogeração da Usinas de São José. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica. Cerca de 84% do volume produzido está contratado.



4. Receita

Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.451,5	1.187,5	264,0	22,2%
Etanol	1.192,9	1.353,5	(160,6)	-11,9%
Energia	191,8	117,2	74,6	63,7%
Biorigin	604,6	680,3	(75,7)	-11,1%
Outros	46,3	71,8	(25,5)	-35,5%
Total	3.487,1	3.410,3	76,8	2,3%

Preço

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	2.190,3	2.025,7	164,6	8,1%
Etanol (R\$/m3)	2.421,2	3.029,4	(608,2)	-20,1%
Energia (R\$/MHh)	240,5	237,1	3,4	1,4%
Biorigin (R\$/kg)	18,9	19,9	(1,0)	-5,0%

Volume

Descritivo	23/24	22/23	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	662,7	586,2	76,5	13,0%
Etanol (mil/m3)	492,7	446,8	45,9	10,3%
Energia MHh	772,7	490,5	282,2	57,5%
Biorigin (mil/tons)	32,0	34,2	(2,2)	-6,5%

A receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R\$ 264,0 milhões. Essa variação foi impulsionada por dois principais fatores. Em primeiro lugar, houve um aumento do volume de açúcar vendido apresentou um incremento de 13,0%, adicionando um valor de R\$ 154,9 milhões à receita líquida adicionando ao aumento de 8,1% no preço do açúcar, resultando em um impacto positivo de R\$ 109,1 milhões na receita.

Na safra 23/24, a receita líquida de etanol apresentou uma diminuição em relação ao ano-safra anterior, totalizando R\$ 160,6 milhões. Esse declínio foi principalmente impulsionado pela redução dos preços em 20,1%, resultando em um impacto negativo de R\$ 299,7 milhões. No entanto, esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 10,3% no volume de vendas, o que representou um acréscimo de R\$ 139,1 milhões.

Já em relação à receita líquida de energia, houve um aumento de R\$ 74,6 milhões na safra 23/24. Esse resultado se deve ao volume de exportação de energia contratada superior ao da safra passada e ao início da operação da expansão da Usina de São José.

Na Safra 23/24, a Biorigin registrou uma diminuição de 11,1% na receita. Essa redução foi resultado da diminuição do preço médio, 5,0% inferior à safra anterior, reflexo de maior participação do seguimento FEED nas vendas da Companhia, esse seguimento possui preços unitários menores do que o seguimento FOOD.



Na linha de “Outros”, o montante de R\$ 46,3 milhões contempla, principalmente: i) a receita de CBIOs no valor de R\$ 45,0 milhões referente a comercialização de 439,9 mil CBIOs ao preço médio de R\$ 102,2/CBIO; e ii). Outras vendas no valor de R\$ 1,3 milhões.

5. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descrição	CPV - R\$ MM			
	23/24	22/23	Varição R\$	Varição %
Açúcar	940,6	866,5	74,1	8,5%
Etanol	1.235,0	1.068,3	166,7	15,6%
Energia	50,3	39,3	11,0	27,9%
Biorigin	446,0	592,0	(146,0)	-24,7%
Ativo biológico	128,1	65,8	62,3	94,7%
Total	2.800,0	2.631,9	168,1	6,4%

O segmento açúcar apresentou um aumento de R\$ 74,0 milhões, principalmente devido ao aumento do volume vendido que totalizou R\$ 69,1 milhões. Houve também um acréscimo de R\$ 4,9 milhões dos custos de insumos, materiais, arrendamentos, depreciação e mão-de-obra.

O segmento etanol apresentou um aumento de R\$ 166,7 milhões, impulsionado principalmente pelo maior volume de vendas, R\$ 155,5 milhões. Além disso, fatores como depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos também contribuíram para esse aumento, totalizando R\$ 11,2 milhões.

Na área de energia elétrica, observamos um aumento de 27,9% nos custos. Mesmo com aumento do volume exportado e melhoria na eficiência, tivemos um custo superior a Safra anterior devido as operações de compra de energia em razão ao início dos contratos de leilão das novas termelétricas de São José e Barra Grande.

Na divisão Biorigin, identificamos uma diminuição de 24,7% nos custos, totalizando um valor de R\$ 146,0 milhões. Essa melhora é atribuída principalmente aos menores preços de insumos e matéria-prima, bem como à maior eficiência produtiva, totalizando R\$ 149,2 milhões, parcialmente compensado por efeitos cambiais de R\$ 3,2 milhões em virtude da apreciação cambial ocorrida durante o ano safra.



6. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas - R\$ MM				
Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Despesas comerciais	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas administrativas e gerais	(227,3)	(211,0)	(16,3)	7,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	859,7	317,1	542,6	171,1%
Equivalência	47,0	77,9	(30,9)	-39,7%
Total	572,6	92,7	479,9	517,4%

As despesas comerciais na Safra 23/24 totalizaram R\$ 106,8 milhões representando uma variação de R\$ 15,5 milhões em comparação com a Safra anterior. Esse aumento se deve principalmente à maior despesa de comercialização de açúcar e etanol, bem como aos maiores gastos com armazenagem de açúcar e levedura e ao dissídio salarial. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução de gastos com consultoria.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 227,3 milhões na Safra 23/24, um aumento de 7,7% em relação à Safra anterior. Essa movimentação ocorreu devido ao reajuste anual de pessoal de 4%, à reposição do quadro de colaboradores e aos maiores gastos com consultorias de projetos não recorrentes/estratégicos, visando o crescimento da Companhia.

Em outras receitas (despesas), houve o aumento de R\$ 542,6 milhões devido aos recebimentos das últimas parcelas dos precatórios.

O impacto na equivalência patrimonial no montante de R\$ 47,0 milhões é reflexo do menor resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 23/24 em comparação com a safra anterior.

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 – arrendamento mercantil, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado adiciona as despesas/custos tira-se o efeito da depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM				
Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Ebitda	2.165,3	1.610,6	554,7	34,4%
Ebitda Ajustado	1.033,4	961,1	72,3	7,5%
Ebit	1.259,8	871,2	388,6	44,6%
Ebit Ajustado	447,3	525,0	(77,7)	-14,8%

No acumulado da Safra 23/24 o EBITDA Ajustado foi de R\$ 1.033,4 milhões, o que representa um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 29,6% versus 28,2% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado a três fatores principais: i) melhor volume de venda na Agro e Energia; ii) menores custos na Biorigin relacionados a redução nos preços dos insumos e iii) melhor eficiência operacional no Agro e Biorigin.



Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Receita	3.487,1	3.410,3	76,8	2,3%
Custo	(2.671,8)	(2.566,1)	(105,7)	4,1%
Despesas de vendas	(106,8)	(91,3)	(15,5)	17,0%
Despesas adm e Gerais	(227,3)	(211,0)	(16,3)	7,7%
Depreciação	905,5	739,4	166,1	22,5%
Ajuste IFRS 16	(33,9)	(16,9)	(17,0)	100,8%
Depreciação IFRS	(319,4)	(303,3)	(16,1)	5,3%
Ebitda Ajustado	1.033,4	961,1	72,3	7,5%
Depreciação	(905,5)	(739,4)	(166,1)	22,5%
Depreciação IFRS	319,4	303,3	16,1	5,3%
Ebit Ajustado	447,3	525,0	(77,7)	-14,8%

8. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Receitas financeiras	204,5	227,2	(22,7)	-10,0%
Despesas financeiras	(534,1)	(593,6)	59,5	-10,0%
Variações cambiais líquidas	(2,6)	(5,4)	2,8	-51,0%
Total	(332,2)	(371,8)	39,6	-10,7%

Na Safra 23/24, observamos uma diminuição em receitas e despesas financeiras comparado com a safra anterior. Em receitas financeiras a variação é devido à redução do CDI numa média ponderada de 101,7% na safra 23/24 em comparação com 103,6% na safra 22/23. A variação das despesas financeiras é devido à redução da taxa média do CDI, que foi de 12,3% na safra 23/24 em comparação com 13,3% na safra 22/23, e a diminuição da dívida bruta. Além disso, houve o impacto do IFRS-16 com o aumento do preço de ATR.

9. Lucro do Exercício

Lucro Líquido - R\$ MM

Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	632,3	350,8	281,5	80,2%

Na Safra 23/24, a Zilor registrou um aumento de 80,2% em seu lucro líquido. Esse crescimento se deve principalmente aos recebimentos dos precatórios.



10. Estrutura de capital

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(3.425,4)	(3.513,0)	87,6	-2,5%
Caixa	2.415,1	1.651,5	763,6	46,2%
Total	(1.010,3)	(1.861,5)	851,2	-45,7%

A Companhia emitiu debênture no valor de R\$ 300 milhões com prazo total de 7 anos como parte da sua estratégia de financiar o negócio com dívidas de longo prazo aumentando o prazo médio de 4,4 anos na safra 22/23 para 5,6 anos na safra 23/24.

11. Considerações finais

Encerramos a safra 23/24 altamente motivados pelas nossas conquistas e pelo nosso sucesso em superar mais um ano de desafios. As lições que aprendemos ano após ano são fundamentais para seguirmos evoluindo e consolidando nossa cultura de excelência e resultados. Para finalizar, mais uma vez, gostaria de agradecer todos os nossos colaboradores, investidores e demais stakeholders pelo apoio durante mais um ciclo vitorioso.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos acionistas do Grupo Zilor

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Zilor (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2024, o desempenho combinado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 2 a 6.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2024, e o desempenho combinado de suas operações para o exercício findo nesta data. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes além dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor.

Consequentemente, as demonstrações financeiras combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Grupo, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A diretoria do Grupo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 2 e 6 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

Balanco patrimonial combinado Em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023	Passivo e acervo líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.415.109	1.651.472	Fornecedores	24	313.388	343.494
Clientes	12	96.446	116.771	Instrumentos financeiros derivativos	11	757	5.078
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.948	16.920	Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	933.726	856.489
Contas a receber - Cooperativa	13	52.613	268.626	Passivo de arrendamento	22	251.305	243.531
Dividendos a receber	20	329	-	Impostos a recolher		2.167	19.141
Estoques	14	526.996	472.037	Tributos parcelados	26	11.934	18.092
Ativos biológicos	15	280.060	410.245	Obrigações com a Cooperativa	27	30.276	21.135
Impostos a recuperar	17	72.170	109.980	Salários e contribuições sociais	28	105.123	82.866
Adiantamentos a fornecedores		4.531	9.000	Dividendos e juros sobre capital próprio	19	167.038	114.192
Despesas antecipadas		7.318	39.416	Outras contas a pagar		31.149	43.343
Total do ativo circulante		3.458.520	3.094.467	Total do passivo circulante		1.846.863	1.747.361
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	2.491.715	2.656.550
Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários	10	109.523	166.685	Passivo de arrendamento	22	1.313.301	1.251.391
Clientes	12	11.377	13.145	Tributos parcelados	26	1.987	14.119
Partes relacionadas	19	939	1.302	Obrigações com a Cooperativa	27	127.889	133.205
Depósitos judiciais	16	624.026	461.979	Dividendos e juros sobre capital próprio	19	18.532	51.945
Impostos a recuperar	17	67.089	57.711	Outras contas a pagar		-	970
Total do realizável a longo prazo		812.954	700.822	Provisões	29	837.602	497.845
				Passivo fiscal diferido	18	245.124	183.624
Investimento	20	254.405	253.582	Total do passivo não circulante		5.036.150	4.789.649
Outros Investimentos		18.421	18.439	Total do passivo		6.883.013	6.537.010
Imobilizado	21	3.174.643	2.886.144	Acervo líquido		2.416.570	1.925.299
Direito de uso	22	1.546.412	1.484.372	Total do passivo e do acervo líquido		9.299.583	8.462.309
Intangível	23	34.228	24.483				
Total do ativo não circulante		5.841.063	5.367.842				
Total do ativo		9.299.583	8.462.309				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	31	3.487.117	3.410.306
Varição no valor justo do ativo biológico	32	(128.101)	(65.779)
Custos dos produtos vendidos	32	(2.671.849)	(2.566.102)
Lucro bruto		687.167	778.425
Despesas de vendas	32	(106.769)	(91.269)
Despesas administrativas e gerais	32	(227.304)	(211.035)
Outras receitas operacionais líquidas	33	859.723	317.142
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		1.212.817	793.263
Receitas financeiras	34	204.506	227.174
Despesas financeiras	35	(534.122)	(593.591)
Variações cambiais líquidas	36	(2.646)	(5.375)
Financeiras líquidas		(332.262)	(371.792)
Participação nos resultados de empresas investidas	20	46.965	77.912
Lucro antes dos impostos		927.520	499.383
Imposto de renda e contribuição corrente	18	(235.282)	(142.402)
Imposto de renda e contribuição diferido	18	(59.973)	(6.159)
Lucro líquido do exercício		632.265	350.822
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		584.142	312.080
Acionistas não controladores		48.123	38.742
Lucro líquido do exercício		632.265	350.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro líquido do exercício	632.265	350.822
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investidas no exterior	(3.019)	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investida - reflexo	9.725	5.745
Total do resultado abrangente do exercício	638.971	364.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



Demonstração do acervo líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Acervo Líquido
Saldos em 1º de abril de 2022	1.638.748
Variação cambial de investidas no exterior	7.984
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	5.745
Juros sobre o capital próprio	(78.000)
Resultado do exercício	350.822
Saldos em 31 de março de 2023	1.925.299
Saldos em 1º de abril de 2023	1.925.299
Variação cambial de investidas no exterior	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	9.725
Juros sobre o capital próprio	(71.909)
Dividendos a pagar	(75.791)
Resultado do exercício	632.265
Saldos em 31 de março de 2024	2.416.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		927,520	499,383
Ajustes de:			
Depreciação e amortizações		584.076	519.215
Depreciação da planta portadora	21	143.432	124.260
Consumo do ativo biológico	15	2.084	(83.531)
Variação no valor justo do ativo biológico	15	128.101	65.779
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis		43.570	7.192
Participação nos resultados de empresas investidas	20	(46.965)	(77.912)
Resultado com derivativos	11	(2.191)	(11.842)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	14	22.667	4.680
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		962	(1.608)
Juros e variações consecana com direito de uso		41.500	26.103
Apropriação de encargos financeiros	35	389.878	416.293
Realização de ajuste a valor presente	21	(2.638)	(1.624)
Constituição de provisão para contingências	29	339.757	203.252
Investimento não controladas		4.780	12.334
Variações em:			
Cientes e outras contas a receber		22.093	(668)
Instrumentos financeiros derivativos		11.842	57.337
Contas a receber - Cooperativa		216.013	(85.218)
Dividendos a receber	20	(329)	-
Estoques		(77.626)	(153.894)
Adiantamentos a fornecedores		4.469	(5.356)
Impostos a recuperar		28.432	(72.399)
Despesas antecipadas		32.098	9.820
Depósitos judiciais	16	(162.047)	(199.042)
Fornecedores		(30.106)	(75.564)
Impostos e contribuições a recolher		(195.048)	(129.015)
Tributos parcelados		(17.274)	(15.148)
Salários e contribuições sociais		22.257	11.798
Outras contas a pagar		(13.164)	7.650
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.418,143	1.052,275
Juros pagos		(1.016)	(958)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	25	(375.122)	(307.676)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.681)	(55.284)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.986,324	688,357
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos, líquidos de aumento de capital	20	48.086	43.067
Gastos com plantio e tratos culturais	21	(280.277)	(191.431)
Aquisição de ativo imobilizado	21	(455.661)	(467.805)
Aquisição de ativo intangível	23	(12.348)	(8.719)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		25.663	(6.484)
Aplicação financeira		3.621	(1.659)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(670,916)	(633,031)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Variação de partes relacionadas		363	8.590
Pagamento de arrendamentos	22	(353.216)	(320.199)
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		3.825	(143)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	25	1.143.682	1.399.768
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	25	(1.246.036)	(1.149.757)
Empréstimos e financiamentos - "FIDC"	25	27.878	494
Dividendos pagos	19	(93.219)	(114.412)
Juros sobre o capital próprio	19	(35.048)	(11.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(551,771)	(187,359)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa líquido		763.637	(132.033)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.651,472	1.783,505
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	2.415,109	1.651,472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	4.373.498	4.145.205
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.744.029	3.633.424
Receitas referentes a construção de ativos próprios	629.469	511.781
Insumos adquiridos de terceiros	(2.550.034)	(2.400.914)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.719.523)	(1.608.507)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(830.511)	(792.407)
Valor adicionado bruto	1.823.464	1.744.291
Depreciação e amortização	(584.076)	(519.215)
Ativos biológicos colhidos	(128.101)	(65.779)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.111.287	1.159.297
Valor adicionado recebido em transferência	1.189.864	664.386
Resultado de equivalência patrimonial	46.965	77.912
Receitas financeiras	204.506	227.174
Outras	938.393	359.300
Valor adicionado total a distribuir	2.301.151	1.823.683
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	474.890	384.483
Remuneração direta	304.659	267.648
Benefícios	148.515	98.458
FGTS	21.716	18.377
Impostos, taxas e contribuições	574.711	391.996
Federais	459.976	270.701
Estaduais	114.735	121.295
Remuneração de capitais de terceiros	619.285	644.365
Juros	534.122	593.591
Aluguéis	3.847	3.241
Variações cambiais	2.646	5.375
Outros	78.670	42.158
Remuneração de capitais próprios	632.265	402.839
Dividendos	75.791	-
Juros sobre o capital próprio	71.909	78.000
Lucros retidos do exercício	436.442	286.097
Participação dos não Controladores nos lucros retidos	48.123	38.742
Valor adicionado distribuído e retido	2.301.151	1.823.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



1. Contexto operacional

As atividades do Grupo Zilor (“Zilor”), o qual inclui a Açucareira Quatá S.A. (“AQ”) e suas controladas e a Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”), compreendem, substancialmente, as seguintes operações e entidades:

- A Açucareira Quatá S.A. (“AQ”) é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).
- Compreendem o objeto operacional da AQ a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, a Companhia também possui no seu objeto social a possibilidade de participar no capital de outras empresas.
- Adicionalmente, a AQ atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Copersucar, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.
- A Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.
- Toda quantidade de cana-de-açúcar comercializada entre CAQ e AQ, se dá por preço de mercado com base na sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP.



2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Combinadas e políticas contábeis materiais

Base de preparação

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e ativo biológico que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Administração em 28 de junho de 2024.

Atualização para acervo líquido

A partir do exercício findo em 31 de março de 2024, o Grupo alterou a denominação do “patrimônio líquido”, que passa a ser denominado “acervo líquido” em suas demonstrações financeiras combinadas, em conformidade com as exigências específicas de divulgação solicitadas por pronunciamentos, interpretações ou orientações. Qualquer informação que não seja relevante não deve ser divulgada, a fim de evitar desviar a atenção do usuário, exceto quando expressamente requerida por órgãos reguladores, conforme estabelecido pelo OCPC 07 (R1) parágrafo 22.



3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras combinadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Zilor. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Zilor e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas: 21 - Equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Zilor tem influência significativa sobre uma investida; 34- Reconhecimento de receita: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecida durante o período correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; consolidação: A Zilor detém de fato controle sobre as investidas; e 23 - Os prazos dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Zilor faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota Explicativa nº 15: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Zilor representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota Explicativa nº 18: Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas—Continuação

Nota Explicativa nº 18: Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Nota Explicativa nº 22: Taxa de desconto para direito de uso

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.

Nota Explicativa nº 21: Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada período social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

Nota Explicativa nº 29: Provisões

A Zilor é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

4.3. Mensuração do valor justo

A Zilor mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Zilor.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Zilor utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Zilor determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Zilor, quais técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Zilor. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Zilor também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, o comitê de avaliação e os avaliadores externos da Zilor apresentam os resultados da avaliação ao comitê de auditoria e aos auditores independentes da Zilor, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Zilor determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

A Zilor aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras combinadas.

6. Políticas contábeis materiais

A Zilor aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras combinadas.

Abaixo apresentamos as políticas contábeis materiais adotadas pela Zilor:

Base de combinação

Demonstrações financeiras combinadas são um único conjunto de demonstrações financeiras combinadas de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. A Zilor utilizou a definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Combinadas em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum e também quanto ao procedimento de combinação, e considerou, entre outros procedimentos:



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas; e
- As transações que envolvem eliminação estão destacadas na nota explicativa 2.2 (a) (i).

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Zilor. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

As demonstrações financeiras combinadas contemplam a combinação das seguintes companhias:

- Açucareira Quatá S.A. e suas controladas; e
- Companhia Agrícola Quatá.

a) Demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas da Zilor estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Zilor, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas da Zilor os seguintes procedimentos foram observados:

i) *Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação*

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o exercício coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de Controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Consolidadas.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

a) Demonstrações financeiras combinadas—Continuação

i) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação—Continuação

Companhias combinadas e percentual de participação dessas em suas controladas:

	Atividade operacional	Empresas combinadas			
		31/03/2024		31/03/2023	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
AQ e Controladas	Fabricação e comércio de açúcar, etanol e derivados da cana-de-açúcar	100%	-	100%	-
Biorigin Europe N.V.	Revenda levedura	-	100%	-	100%
Biorigin USA, LLC	Holding	-	100%	-	100%
PTX Food Corp.	Fabricação e revenda levedura	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC	Imóvel	-	100%	-	100%
União São Paulo S.A. Agríc. Ind. E Comércio	Administrativo	-	46%	-	46%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	Investimentos	-	31%	-	37%
CAQ	Arrendamentos de terras	100%	-	100%	-

Abaixo são apresentados os dados das companhias combinadas relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 e os respectivos saldos combinados:

	Total do ativo		Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		Lucro líquido do exercício		Total resultado abrangente	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
AQ e Controladas	8.893.263	8.219.387	1.662.004	1.267.189	558.775	271.679	565.481	285.408
CAQ	947.566	906.393	581.181	548.011	58.327	52.017	58.327	52.017
	9.840.829	9.125.780	2.243.185	1.815.200	617.102	323.696	623.808	337.425
Eliminações intragrupo	(541.246)	(663.471)	20.295	5.132	15.163	27.126	15.163	27.126
Combinado	9.299.583	8.462.309	2.263.480	1.820.332	632.265	350.822	638.971	364.551



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

a) Demonstrações financeiras combinadas—Continuação

ii) *Controlada*

Nas demonstrações financeiras combinadas as informações financeiras de coligada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A coligada é aquela entidade na qual a Zilor, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O investimento da Zilor em entidade contabilizado pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada.

O investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Zilor no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixe de existir.

b) Moeda estrangeira

i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Zilor pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

b) Moeda estrangeira--Continuação

i) *Transações em moeda estrangeira*--Continuação

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (Valor justo através de outros resultados abrangentes);
- Passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo (veja (j)); e
- Um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Receita de contrato com cliente

A Zilor reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades das companhias. A Zilor baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Açucareira Quatá S.A. (Açucareira Quatá S.A., Usina Barra Grande de Lençóis S.A. e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. em 31 de março de 2018) em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

c) Receita de contrato com cliente—Continuação

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Zilor reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Zilor adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Zilor relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

As receitas e despesas financeiras da Zilor compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Zilor de receber o pagamento é estabelecido. A Zilor classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano sujeita-se à incidência do adicional à alíquota de 10% (dez por cento) para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, para ambos considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Zilor determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social—Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*—Continuação

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que a Zilor seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
-
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Zilor espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no Valor Justo do Ativo Biológico", deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

g) Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

h) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado na data de transição da Zilor para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Zilor.

iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Zilor obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 21.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

i) Ativos intangíveis

i) *Reconhecimento e mensuração*

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Zilor tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Zilor e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 23.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Zilor se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo através do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Zilor mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Instrumentos financeiros—Continuação

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Zilor pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 30). No reconhecimento inicial, a Zilor pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Zilor realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Zilor;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Zilor.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio—Continuação

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Zilor considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Zilor considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Zilor a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) Classificação e mensuração subsequente—Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros—Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Zilor classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

j) Instrumentos financeiros—Continuação

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Zilor desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Zilor transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Zilor nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Zilor realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Zilor desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Zilor também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Zilor tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Zilor reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Zilor mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Zilor considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Zilor, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Zilor presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Zilor considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Zilor, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*—Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais—Continuação

A gestão do risco de crédito da Zilor em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol, é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Coopersucar S.A.. Para os demais negócios, derivados de levedura e energia elétrica, é adotada como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Zilor está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Zilor de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Zilor espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Zilor avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Zilor em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

i) Ativos financeiros não derivativos—Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais—Continuação

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Zilor não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Zilor adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Zilor faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Zilor não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Zilor para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Zilor em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos—Continuação*

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Zilor considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Zilor utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Zilor considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*—Continuação

Ativo financeiro disponível para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda eram reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada era a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida disponível para venda, para o qual havia sido reconhecida uma perda no valor recuperável, tivesse posteriormente apresentado aumento e, esse aumento estivesse objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda era revertida e o valor da reversão reconhecido no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não eram revertidas.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Zilor, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)—Continuação

ii) *Ativos não financeiros*—Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Zilor tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

n) Arrendamentos

No exercício findo em 31 de março de 2024 a Zilor avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Zilor como arrendatária

A Zilor aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Zilor reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Zilor reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Zilor ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Zilor reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Zilor e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Zilor exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

n) Arrendamentos—Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Zilor usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Zilor aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Zilor tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Zilor.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Zilor requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6).

Quando disponível, a Zilor mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Zilor utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Zilor mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.



6. Políticas contábeis materiais—Continuação

o) Mensuração do valor justo—Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Zilor determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Zilor tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

q) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias de capital aberto, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso do Grupo 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso do Grupo 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor--Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso do Grupo 1º de abril de 2024). A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso do Grupo 1º de abril de 2023). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao *IAS 12 Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a rendado Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023 (no caso do Grupo 1º de abril de 2023), mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023 (no caso do Grupo 31 de março de 2024).

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do Modelo do Pilar Dois (também conhecidas como imposto mínimo global ou regras globais anti erosão de base "GloBE"), que foram projetadas para checar e garantir uma alíquota de imposto de renda mínima a ser paga por empresas multinacionais nas jurisdições em que operam. Todas as jurisdições nas quais operamos promulgaram essas regras entrando em vigor em 1º de janeiro de 2024. A referida norma não teve impacto nas demonstrações financeiras combinadas de 31 de março de 2024. O Grupo continuará a monitorar e refletir o impacto de tais alterações legislativas nas demonstrações financeiras futuras, conforme apropriado.



9. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	68.735	137.386
Aplicações financeiras	2.346.374	1.514.086
	2.415.109	1.651.472

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 101,73% (103,58% em março de 2023), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

10. Aplicações financeiras

	31/03/2024	31/03/2023
Aplicações financeiras restritas (i)	26.117	29.738
FIDC	83.406	136.947
Total	109.523	166.685

- (i) Referem-se as aplicações financeiras restritas da USP no valor de R\$ 26.117 remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 99,16%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995. Tal litígio iniciou a via judicial, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável na via administrativa. Em vista disso fez-se necessário a contratação de uma fiança bancária para garantia do débito discutido (garantia real). Na emissão dessa garantia, foi acordado com o banco contratado que seja fixada uma aplicação restrita reduzindo assim as taxas da fiança.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórias (FIDC)

A Açucareira Quatá S.A. incentivou e apoiou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito e a diminuição da concessão de avais para o financiamento das atividades operacionais dos Parceiros Agrícolas, através da cessão de recebíveis frutos da produção de cana-de-açúcar dos Parceiros Agrícolas do Grupo para a estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.452. O Grupo apesar de detentora das contas subordinadas do Fundo não é garantidora dos retornos ou de mitigação de perdas aos demais cotistas, o que limita a sua exposição ao investimento realizado por ela na operação no dia 01 de junho de 2021 e os retornos provisionados até a presente data no montante de R\$ 24.727.

Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 no montante de R\$ 42.000.

Com o apoio do BTG *Pactual Asset* (gestor, administrador e custodiante), o Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Companhia, que participa com cota subordinada no valor atualizado de R\$ 25.612, correspondendo a 31% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participa com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 57.794 em 31 de março de 2024 (R\$ 85.672 em 31 de março de 2023), conforme patrimônio líquido do fundo.



11. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações financeiras do Grupo com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	31/03/2024			31/03/2023		
	Valor de referência (nacional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nacional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
Swap de Moeda e Taxa de juros						
Swap de valor justo (USD)	-	-	-	1.497	7.630	7.630
Swap de valor justo (BRL)	(300.000)	1.786	1.786	(6.250)	(6.356)	(6.356)
Posição Vendida						
Moeda estrangeira (USD)	16.050	(112)	(112)	23.700	6.848	6.848
Moeda estrangeira (EUR)	17.235	517	517	32.550	3.720	3.720
		2.191			11.842	
Ativo circulante		2.948			16.920	
Passivo circulante		(757)			(5.078)	



12. Clientes

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Contas a receber mercado interno	34.534	40.212
Contas a receber mercado externo	73.289	89.704
	<u>107.823</u>	<u>129.916</u>
Circulante	(96.446)	(116.771)
Não circulante	<u>11.377</u>	<u>13.145</u>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Reais	34.534	40.212
Dólares americano	24.018	49.192
Euros	49.271	40.512
	<u>107.823</u>	<u>129.916</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
A vencer		
Até 30 dias	41.875	46.963
De 31 a 90 dias	37.068	49.005
De 91 a 180 dias	5.452	12.405
Acima de 180 dias	11.532	14.051
	<u>95.927</u>	<u>122.424</u>
Vencidos		
Até 30 dias	8.225	3.295
De 31 a 90 dias	1.828	1.329
De 91 a 180 dias	446	1.238
Acima de 180 dias	1.397	1.630
	<u>11.896</u>	<u>7.492</u>
	<u>107.823</u>	<u>129.916</u>

O Grupo mensura como perda de crédito para títulos de dívida de baixo risco ou outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são avaliados, sendo que aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente e clientes com saldo em aberto a mais de 6 meses e inferior a R\$ 15, se faz a baixa definitiva do valor, pois consideramos ser de difícil recuperação.



13. Contas a receber - Cooperativa

A Açucareira Quatá S.A. é cooperada da Copersucar (Copersucar) a qual é a comercializadora de açúcar e etanol de seus cooperados.

O valor de R\$ 52.613 (R\$ 268.626 em março de 2023) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Açucareira Quatá S.A..

Os montantes relacionados às contas a receber da Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a diretoria não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

a) Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento.

O Grupo recebeu até a data de 31 de março de 2024, referente as parcelas de precatório no montante líquido de R\$ 2.488.502 e a Copersucar reteve o valor de R\$ 290.466.

Na safra 18/19 o Grupo recebeu líquido R\$ 90.975, referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R\$ 14.388 referente a pis/cofins.

Na safra 19/20 o Grupo recebeu líquido R\$ 290.309, referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 33.384 referente a pis/cofins.

Na safra 20/21 o Grupo recebeu líquido R\$ 318.762, referente 3ª parcela do 1º Precatório e 2ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 36.657 referente a pis/cofins.

Na safra 21/22 o Grupo recebeu líquido R\$ 345.498, referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 39.719 referente a pis/cofins.

Na safra 22/23 o Grupo recebeu líquido R\$ 395.938 referente a 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 45.509 referente a pis/cofins. Nota explicativa 33.

Na safra 23/24 o Grupo recebeu líquido R\$ 1.047.019 referente a 6ª parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório a Copersucar reteve R\$ 120.810 referente a pis/cofins. Nota explicativa 33.

O Grupo está discutindo judicialmente a incidência dos tributos pis/cofins.



14. Estoques

	31/03/2024	31/03/2023
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar	514	190
Derivados de levedura	287.898	227.567
Produtos semi-acabados	31.320	26.407
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	220.505	224.580
Renovabio - CBIOS (i)	40.674	24.541
Provisão para redução a valor recuperável e perda dos estoques	(53.915)	(31.248)
	526.996	472.037

Movimentação das provisões de perdas no estoque:

Saldo em 31 de março de 2023	31.248
Reversão de provisão	(34.834)
Constituição de provisão	57.501
Saldo em 31 de março de 2024	53.915

- (i) Em 31 de março de 2024, existiam 400 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido (259 mil CBIOS em 31 de março de 2023).

15. Ativos biológicos

	31/03/2024	31/03/2023
Custo histórico	177.602	179.686
Valor justo	102.458	230.559
Ao final do exercício	280.060	410.245

	31/03/2024	31/03/2023
Movimentação:		
No início do exercício:	410.245	392.493
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	175.880	179.434
Redução decorrentes da colheita	(177.964)	(95.903)
Variação no valor justo	(128.101)	(65.779)
No final do exercício:	280.060	410.245

	31/03/2024	31/03/2023
Área estimada de colheita (hectares)	51.580	54.151
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	70	73
Quantidade de ATR (kg)	135,60	135,18
Valor médio ATR	1,4758	1,7264
Taxa de desconto - WACC	9,97%	11,85%



15. Ativos biológicos—Continuação

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

O Grupo está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

i) *Riscos regulatórios e ambientais*

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A diretoria estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

ii) *Risco de oferta e demanda*

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar, etanol, derivados de levedura e energia produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A diretoria realiza análises de tendência regulares dos setores para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

iii) *Riscos climáticos e outros*

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos, tecnológicos e humanos, alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.



16. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias (i)	458.754	159.604	(85)	784	619.057
Cíveis e ambientais	360	2.882	(728)	98	2.612
Trabalhistas	2.865	190	(780)	82	2.357
Total de depósitos judiciais	461.979	162.676	(1.593)	964	624.026

(i) Referem-se substancialmente a depósitos judiciais da ação indenizatória do IAA no valor de R\$ 608.864 no combinado em 31 de março de 2024.

17. Impostos a recuperar

	31/03/2024	31/03/2023
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	85.560	79.522
PIS - Programa de Integração Social (i)	1.801	9.423
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	7.690	33.871
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	9.375	5.557
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Valores Tributários (iii)	3.857	3.441
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	25.256	21.235
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3.760	3.734
Outros	1.960	10.908
	139.259	167.691
Circulante	(72.170)	(109.980)
Não circulante	67.089	57.711

(i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais do Grupo, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.

(ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.

(iii) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da AQ, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Em relação ao pis e cofins, os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a diretoria do Grupo estima que os saldos existentes em 31 de março de 2024 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



18. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º de abril de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	78.826	(64.620)	14.206
Base negativa da contribuição social	26.763	(22.365)	4.398
Provisões para contingência	129.757	45.744	175.501
Arrendamento mercantil	107.354	23.675	131.029
Provisão para perdas com créditos tributários	2.817	(17)	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	9.648	22.792	32.440
Energia elétrica	4.005	(3.182)	823
Outros	15.368	(6.798)	8.570
	374.538	(4.771)	369.767
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(266.881)	(3.613)	(270.494)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(156.414)	(5.421)	(161.835)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	(9.854)
Ativo biológico	(83.307)	43.554	(39.753)
Resultado em operações de mercado futuro	(4.026)	3.281	(745)
Depreciação incentivada	(11.524)	(89.492)	(101.016)
Outros	(26.156)	(5.038)	(31.194)
	(558.162)	(56.729)	(614.891)
	(183.624)	(61.500)	(245.124)
Passivo não circulante	(183.624)		(245.124)
	(183.624)		(245.124)
	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	138.501	(59.675)	78.826
Base negativa da contribuição social	49.739	(22.976)	26.763
Provisões para contingência	91.635	38.122	129.757
Arrendamento mercantil	34.247	73.107	107.354
Provisão para perdas com créditos tributários	10.991	(8.174)	2.817
Auto de infração AI-1770	6.303	(6.303)	-
PMR / Provisão NF Serviços	10.067	(419)	9.648
Energia elétrica	2.308	1.697	4.005
Outros	13.726	1.642	15.368
	357.517	17.021	374.538
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(282.312)	15.431	(266.881)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(163.265)	6.851	(156.414)
Ajuste a valor presente	(16.098)	6.244	(9.854)
Ativo biológico	(26.914)	(56.393)	(83.307)
Resultado em operações de mercado futuro	(19.495)	15.469	(4.026)
Depreciação incentivada	(11.627)	103	(11.524)
Outros	(19.349)	(6.807)	(26.156)
	(539.060)	(19.102)	(558.162)
	(181.543)	(2.081)	(183.624)
Passivo não circulante	(181.543)		(183.624)
	(181.543)		(183.624)



18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

O Grupo estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	39.296	23.092
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	330.471	351.446
	<u>369.767</u>	<u>374.538</u>

O Grupo prevê a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Saldos</u>
Imposto de renda e contribuição social	
2024/2025	18.604
Total	<u>18.604</u>
Diferenças temporárias	
Ganho de capital decorrentes da aquisição de ativos	
Contingências	175.501
Arrendamento mercantil CPC 06	131.029
Provisão PMR	32.440
Provisão estoques	3.846
Provisão para perdas esperadas	3.009
Outras	5.338
Total	<u>351.163</u>
Saldo total	<u>369.767</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:



18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2024			31/03/2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	927.520	927.520	927.520	499.383	499.383	499.383
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(231.880)	(83.477)	(315.357)	(124.846)	(44.944)	(169.790)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucro disponibilizados no exterior	-	(2.413)	(2.413)	(8.910)	(3.208)	(12.118)
Resultado de equivalência patrimonial	11.741	4.227	15.968	19.478	7.012	26.490
Créditos de descarbonização (CBIO)	5.366	4.590	9.956	4.113	4.618	8.731
Outras exclusões (adições) e ajustes permanentes	(13.883)	(13.975)	(27.858)	3.482	(5.356)	(1.874)
Juros sobre capital próprio	17.977	6.472	24.449	-	-	-
Tributos no resultado	(210.679)	(84.576)	(295.255)	(106.683)	(41.878)	(148.561)
Corrente	(167.799)	(67.483)	(235.282)	(104.669)	(37.733)	(142.402)
Diferido	(42.880)	(17.093)	(59.973)	(2.014)	(4.145)	(6.159)
Tributos no resultado	(210.679)	(84.576)	(295.255)	(106.683)	(41.878)	(148.561)
Alíquota efetiva	-23%	-9%	-32%	-21%	-8%	-30%

c) Ativo fiscal corrente

	31/03/2024	31/03/2023
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (i)	25.256	21.235
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	3.760	3.734
	29.016	24.969

- (i) Saldo negativo de exercícios anteriores correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.



19. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave do Grupo é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave do Grupo durante o período de 12 meses findo em 31 de março de 2024 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 18.554 (R\$ 15.453 em março de 2023).

b) Saldos e operações

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Ativo não circulante		
Mútuo financeiro		
Diretores	939	1.302

O mútuo concedido aos diretores refere-se a benefício para compra de automóvel, prática alinhada ao mercado, trazendo mais flexibilidade na aquisição pelos executivos, diminuindo a administração por parte da empresa e contribuindo com uma forma de retenção destes profissionais. Esses mútuos são descontados em folha de pagamento mensalmente.

	Saldo em 1º de abril de 2023	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2024
Dividendos da safra 20/21 (a) Açucareira Quatá S.A.	5.863	-	-	(5.863)	-
Dividendos da safra 21/22 (b) Açucareira Quatá S.A.	93.974	-	-	(87.356)	6.618
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (c) Açucareira Quatá S.A.	66.300	-	-	(22.349)	43.951
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	-	69.659	(10.449)	-	59.210
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (e) Companhia Agrícola Quatá	-	2.250	(338)	(1.912)	-
Dividendos da safra 23/24 (f) Açucareira Quatá S.A.	-	52.884	-	-	52.884
Dividendos da safra 23/24 (g) Companhia Agrícola Quatá	-	22.907	-	-	22.907
	<u>166.137</u>	<u>147.700</u>	<u>(10.787)</u>	<u>(117.480)</u>	<u>185.570</u>
Total circulante	(114.192)				(167.038)
Total não circulante	51.945				18.532



19. Partes relacionadas—Continuação

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos e a pagar

	Saldo em 1º de abril de		Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de
	2022	Deliberado			
Assembleia Geral Extraordinária em 10 de dezembro de 2004					
Dividendos propostos (a)					
Companhia Agrícola Quatá	12.391	-	-	(12.391)	-
Dividendos da safra 20/21 (b)					
Açucareira Quatá S.A.	51.501	-	-	(45.638)	5.863
Dividendos da safra 21/22 (c)					
Açucareira Quatá S.A.	150.357	-	-	(56.383)	93.974
Juros sobre o capital próprio (d)					
Açucareira Quatá S.A.	-	78.000	(11.700)	-	66.300
	214.249	78.000	(11.700)	(114.412)	166.137
Total circulante	(41.201)				(114.192)
Total não circulante	173.048				51.945

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 82.402 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2021, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 3.433. Durante a safra 21/22 foram pagos o valor de R\$ 30.901, durante a safra 22/23 foram pagos R\$ 40.638 e durante a safra 23/24 foram pagos R\$ 5.863.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.357 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2022, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 6.265. Durante a safra 22/23 foram pagos o valor de R\$ 56.383 e durante a safra 23/24 foram pagos R\$ 87.356.
- (c) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 78.000 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em dezembro de 2022. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 22/23 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio. Na safra 23/24 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 22.349.
- (d) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 69.659 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023 e março de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 10.449.
- (e) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.250 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.912.
- (f) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 52.884 que será aprovado em Assembleia Geral.
- (g) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 22.907 que será aprovado em Assembleia Geral.



20. Investimento

O Grupo registrou um resultado de R\$ 36.664 em 31 de março de 2024 (R\$ 77.912 em 31 de março de 2023) de equivalência patrimonial de sua coligada nas demonstrações financeiras combinadas.

Abaixo é apresentado os dados do investimento em 31 de março de 2024:

	<u>31/03/2024</u>
	Copersucar S.A.
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	255.822.603
Percentual de participação	12,33%
Capital social	1.726.880
Patrimônio líquido	2.048.934
Lucro líquido do exercício	280.633
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2023	253.582
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	9.725
Perda na participação de investida	(7.452)
Aumento de capital social	24.188
Dividendos propostos da safra 22/23	(72.274)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	(329)
Participação nos resultados de coligadas	46.965
Em 31 de março de 2024	254.405

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2024:

	Copersucar S.A.
Total do Ativo	16.674.925
Total do Passivo	(14.625.991)
Patrimônio líquido	2.048.934
Receita operacional líquida em março/24	59.022.582
Lucro líquido do exercício em março/24	280.633



20. Investimento—Continuação

Abaixo é apresentado os dados do investimento em 31 de março de 2023:

	<u>31/03/2023</u>
	<u>Copersucar S.A.</u>
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	234.686.831
Percentual de participação	12,31%
Capital social	1.525.154
Patrimônio líquido	2.059.402
Lucro líquido do exercício	579.539
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2022	217.323
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	5.745
Perda na participação de investida	(4.331)
Aumento de capital social	41.496
Dividendos propostos	(84.563)
Participação nos resultados de coligadas	77.912
Em 31 de março de 2023	253.582

Abaixo a abertura dos saldos de resultado referente a março de 2023:

	<u>Copersucar S.A.</u>
Ativo	16.197.048
Passivo	(14.137.646)
Patrimônio líquido	2.059.402
Receita operacional líquida em março/23	66.349.016
Lucro líquido do exercício em março/23	579.539

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui o Grupo, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da diretoria e do conselho de administração do Grupo, representam a AQ nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.



Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento (i)	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 1º de abril de 2022	806.094	181.958	21.236	614.250	151.086	5.336	39.056	369.593	378.702	2.567.311
Aquisição	-	-	-	460	99.087	72	42.286	325.900	191.431	659.236
Baixas	-	-	-	(5.449)	(1.037)	-	-	(706)	-	(7.192)
Transferências	390	2.858	1.372	48.886	8.603	876	402	(63.387)	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	171	-	-	-	1.453	1.624
Variação cambial	165	339	94	1.743	-	48	1	1.210	-	3.600
Depreciação	-	(6.040)	(1.637)	(70.789)	(95.865)	(2.292)	(37.552)	-	(124.260)	(338.435)
Em 31 de março de 2023	806.649	179.115	21.065	589.101	162.045	4.040	44.193	632.610	447.326	2.886.144
Custo total	806.649	287.741	50.618	1.693.935	242.236	33.770	48.286	632.610	815.575	4.611.420
Depreciação acumulada	-	(108.626)	(29.553)	(1.104.834)	(80.191)	(29.730)	(4.093)	-	(368.249)	(1.725.276)
Valor residual	806.649	179.115	21.065	589.101	162.045	4.040	44.193	632.610	447.326	2.886.144
Em 1º de abril de 2023	806.649	179.115	21.065	589.101	162.045	4.040	44.193	632.610	447.326	2.886.144
Aquisição	-	-	-	166	120.283	33	51.483	283.696	280.277	735.938
Baixas	-	(8)	-	(39.196)	(2.814)	(12)	(28)	(1.512)	-	(43.570)
Transferências	-	27.167	18.858	405.490	40.814	6.911	1.625	(500.865)	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.192	-	-	-	1.446	2.638
Variação cambial	(284)	162	(20)	(469)	-	(10)	(1)	(336)	-	(958)
Depreciação	-	(6.361)	(2.119)	(93.537)	(114.633)	(2.686)	(42.781)	-	(143.432)	(405.549)
Em 31 de março de 2024	806.365	200.075	37.784	861.555	206.887	8.276	54.491	413.593	585.617	3.174.643
Custo total	806.365	315.050	69.168	2.016.730	296.179	37.114	58.802	413.593	934.390	4.947.391
Depreciação acumulada	-	(114.975)	(31.384)	(1.155.175)	(89.292)	(28.838)	(4.311)	-	(348.773)	(1.772.748)
Valor líquido	806.365	200.075	37.784	861.555	206.887	8.276	54.491	413.593	585.617	3.174.643
Valor Residual de:										
Custo histórico	37.413	159.873	37.784	853.772	206.258	8.276	54.491	413.593	585.617	2.357.077
Mais-velia	768.952	40.202	-	7.783	629	-	-	-	-	817.566
	806.365	200.075	37.784	861.555	206.887	8.276	54.491	413.593	585.617	3.174.643
Valores dos bens em garantias (b)	309.479	2.338	-	9.686	8.783	-	-	-	-	330.286
Vida útil	de 22 a 50 anos	de 13 a 50 anos	de 2 a 20 anos	de 2 a 25 anos	de 2 a 20 anos	de 2 a 20 anos	de 3 a 33 anos	de 2 a 20 anos	de 2 a 20 anos	5 anos



21. Imobilizado—Continuação

Em 31 de março de 2024, o montante de obras em andamento foi de R\$ 413.593. Desse montante, foram aplicados R\$ 77.037 em modernização do parque industrial para o aumento de eficiência, R\$ 336.556 referem-se a equipamentos para expansão da co-geração de energia nas Usinas São José e Barra Grande.

O Grupo capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 26.878 durante o exercício findo em 31 de março de 2024.

b) Garantia

Em 31 de março de 2024, bens com valor contábil de R\$ 330.286 (R\$ 333.828 em 31 de março de 2023), estavam sujeitos à fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

22. Direito de uso e passivo de arrendamento

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o Grupo passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento do Grupo, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício em 31 de março de 2024, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 9,31%.

Vigência dos contratos	Taxa CDI Futuro
13 a 24 meses	8,30%
25 a 36 meses	8,44%
37 a 48 meses	8,71%
49 a 60 meses	9,07%
61 a 72 meses	9,30%
73 a 84 meses	9,50%
85 a 96 meses	9,65%
97 a 108 meses	9,77%
109 a 120 meses	9,85%
121 a 132 meses	9,91%
133 a 360 meses	9,96%
Média total	9,31%



22. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo, respectivamente:

	31/03/2024		
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2023	1.477.424	6.948	1.484.372
Amortização	(303.236)	(16.124)	(319.360)
Novos contratos e renovações	598.782	58.711	657.493
Atualizações CONSECANA por remensuração	(269.328)	(6.765)	(276.093)
Saldo final	1.503.642	42.770	1.546.412

	31/03/2023		
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2022	1.495.928	20.523	1.516.451
Amortização	(282.323)	(21.013)	(303.336)
Novos contratos e renovações	250.189	7.438	257.627
Atualizações CONSECANA por remensuração	13.630	-	13.630
Saldo final	1.477.424	6.948	1.484.372

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de março de 2024 e 2023, foi a seguinte:

	31/03/2024		
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2023	1.487.098	7.824	1.494.922
Amortização	(320.385)	(32.831)	(353.216)
Juros provisionados	80.983	17.908	98.891
Novos contratos e renovações	598.782	58.711	657.493
Atualizações CONSECANA por remensuração	(326.718)	(6.766)	(333.484)
Saldo final	1.519.760	44.846	1.564.606
Passivo circulante	229.690	21.615	251.305
Passivo não circulante	1.290.070	23.231	1.313.301
	1.519.760	44.846	1.564.606

	31/03/2023		
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2022	1.493.450	24.311	1.517.761
Amortização	(295.121)	(25.078)	(320.199)
Juros provisionados	86.326	1.153	87.479
Novos contratos e renovações	241.544	7.438	248.982
Atualizações CONSECANA por remensuração	(39.101)	-	(39.101)
Saldo final	1.487.098	7.824	1.494.922
Passivo circulante	236.819	6.712	243.531
Passivo não circulante	1.250.279	1.112	1.251.391
	1.487.098	7.824	1.494.922



22. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
De 01/04/2024 a 31/03/2025	251.305	243.456
De 01/04/2025 a 31/03/2026	241.364	231.577
De 01/04/2026 a 31/03/2027	207.326	217.669
De 01/04/2027 a 31/03/2028	180.759	189.211
De 01/04/2028 a 31/03/2029	148.410	153.912
Apartir de 01/04/2029	535.442	459.097
	<u>1.564.606</u>	<u>1.494.922</u>

23. Intangível

	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Licenças de software	Outros	Total
Em 1º de abril de 2022	9.981	127	6.528	747	17.383
Adições	12	-	8.707	-	8.719
Variação cambial	-	10	9	66	85
Amortização	-	(57)	(834)	(813)	(1.704)
Em 31 de março de 2023	<u>9.993</u>	<u>80</u>	<u>14.410</u>	<u>-</u>	<u>24.483</u>
Custo	9.993	46.887	45.172	8.004	110.056
Amortização acumulada	-	(46.807)	(30.762)	(8.004)	(85.573)
Saldo contábil líquido	<u>9.993</u>	<u>80</u>	<u>14.410</u>	<u>-</u>	<u>24.483</u>
Em 1º de abril de 2023	9.993	80	14.410	-	24.483
Adições	-	-	9.748	2.600	12.348
Transferências	-	-	(13.250)	13.250	-
Variação cambial	-	(2)	(2)	-	(4)
Amortização	-	(55)	(2.544)	-	(2.599)
Em 31 de março de 2024	<u>9.993</u>	<u>23</u>	<u>8.362</u>	<u>15.850</u>	<u>34.228</u>
Custo	9.993	46.110	41.647	23.721	121.471
Amortização acumulada	-	(46.087)	(33.285)	(7.871)	(87.243)
Saldo contábil líquido	<u>9.993</u>	<u>23</u>	<u>8.362</u>	<u>15.850</u>	<u>34.228</u>
Vida útil	Indefinida	5 anos	5 anos	Indefinida	

24. Fornecedores

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	81.566	89.454
Fornecedores de bens e serviços	231.822	254.040
	<u>313.388</u>	<u>343.494</u>



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2024	31/03/2023
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Linha do BNDES	8,64	PRÉ	6.057	11.223
Linha do BNDES	7,67	TJLP	51.918	37.178
Linha do BNDES (iv)	10,54	IPCA+ (TLP)	99.652	105.718
FINEP		PRÉ	-	25.393
Crédito rural	13,58	CDI+	209.827	1.030
Capital de giro (i)	13,57	CDI+	1.058.255	1.394.645
CRA (ii)	13,46	CDI+	181.810	364.876
CRA (ii)	11,64	IPCA+	541.285	511.863
Debêntures (iii)	12,12	IPCA+	1.023.513	686.663
Aquisição de cota "FIDC" (vi)	15,03	CDI+	57.794	85.672
			3.230.111	3.224.261
Moeda estrangeira - USD/EURO:				
Capital de giro (v)		Var. cambial + LIBOR	-	7.620
Pré-pagamento de exportação (USD)	3,25	Var. cambial + LIBOR	24.865	50.564
Pré-pagamento de exportação (EUR)	3,27	Var. cambial + EURIBOR	99.715	144.668
Empréstimo externo (EUR)	4,84	Var. cambial + EURIBOR	24.013	25.303
Empréstimo externo (USD)	-	Var. cambial	-	11.053
			148.593	239.208
Financiamentos - Cooperativa				
Moeda nacional:				
Letra de câmbio	4,20	PRÉ	46.737	49.570
			46.737	49.570
			3.425.441	3.513.039
Circulante			(933.726)	(856.489)
Não circulante			2.491.715	2.656.550

(i) Em continuidade ao processo de alongamento da dívida, a Açucareira Quatá S.A. assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank *International* Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank *International* Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avenças em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021 e o último 20 de abril de 2025. O valor atualizado em março de 2024 é R\$ 136.079 (R\$ 273.147 março de 2023) referente ao financiamento sindicalizado e R\$ 877.946 (R\$ 1.054.356 março de 2023) referente a NCE Nota de Crédito de Exportação.

(ii) A Açucareira Quatá S.A. captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Açucareira Quatá S.A., no montante total de R\$ 600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank *International* Brasil S.A., cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 09 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 13 de outubro de 2021.

Buscando o alongamento das linhas de crédito durante a Safra 21/22 a Açucareira Quatá S.A. captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão da 2ª debênture simples da Companhia para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 2019/2020 2020/2021 e 2021/2022. Em janeiro de 2021 a Companhia encerrou a emissão da 2ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). As Debêntures são incentivadas e contarão com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/11") e, consequentemente, também gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830, remunerada com taxa contratual de 7,2094% a.a. com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. Os recursos serão direcionados para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 19/20 20/21 e 21/22 destinada a produção de Etanol nas Unidades Barra Grande, São Jose e Quatá todas no estado de São Paulo. A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) as Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022 terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,8722% a.a. A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 300.000 (trezentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 22 de dezembro de 2023. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,31% a.a.
- (iv) A Açucareira Quatá S.A. formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030. O programa Renovabio é voltado para estimular boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), tendo o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor de biocombustíveis, e conta com incentivo para o aumento de eficiência produtiva e ambiental.
- (v) O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de CDI + 2,50% ao ano.
- (vi) A Açucareira Quatá S.A. lançou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito para financiamento das atividades dos Parceiros Agrícolas, por meio de estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.000 milhões. Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante). O Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Açucareira Quatá S.A. que participa com cota subordinada, correspondendo a 35% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participam com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 57.794, em 31 de março de 2024, conforme patrimônio líquido do fundo.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2024	31/03/2023
De 13 a 24 meses	627.824	809.307
De 25 a 36 meses	834.963	549.779
De 37 a 48 meses	310.585	718.277
De 49 a 60 meses	233.110	188.799
De 61 a 72 meses	146.674	71.031
De 73 a 84 meses	127.430	66.855
De 85 a 96 meses	52.283	49.781
A partir de 97 meses	158.846	202.721
	2.491.715	2.656.550

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de companhias ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2024 e 2023:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2023	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.377.797	579.569	(679.090)	(372.845)	415.479	3.320.910
Financiamentos - Cooperativa	49.570	564.113	(566.946)	(2.277)	2.277	46.737
FIDC	85.672	-	-	-	(27.878)	57.794
Total	3.513.039	1.143.682	(1.246.036)	(375.122)	389.878	3.425.441



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

a) Obrigações contratuais

O Grupo possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos *covenants* referentes à emissão dos CRA e Debêntures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.

b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2024 foi de 12,12% a.a. equivalente à CDI +1,33% (16,8% a.a. equivalente à CDI +2,7% em março de 2023). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 389.878 (R\$ 416.293 em março de 2023) (nota explicativa 35).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 375.122 (R\$ 307.676 em março de 2023), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 167.565 (R\$ 172.740 em março de 2023) (nota explicativa 34). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos e financiamentos foi de R\$ 207.557 (R\$ 134.936 em março de 2023).

c) Variação cambial

Em que pese o Grupo não ter optado pela política de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a gestão financeira da diretoria, para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. Considerando que esses financiamentos possuem natureza de longo prazo, extrapolando o fluxo de recebíveis em moeda estrangeira e a previsão de exportação, a variação cambial passiva contabilizada contra o resultado, neste exercício, no valor de R\$ 6.302 resultou em um aumento em 31 de março de 2024 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.



26. Tributos parcelados

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e		
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido (i)	11.419	28.341
Taxa do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool	286	735
PIS sobre faturamento - tese Lei 10.637/2002	70	180
INSS – Salário educação	1.848	444
Débito previdenciário	251	520
SAT - Seguro Acidente de Trabalho	47	1.991
	<u>13.921</u>	<u>32.211</u>
(-) Tributos Parcelados - Circulante	<u>(11.934)</u>	<u>(18.092)</u>
Não circulante	<u>1.987</u>	<u>14.119</u>

- (i) O parcelamento de IRPJ e CSLL refere-se a glosa fiscal de despesas com debêntures contabilizadas a título de provisão relativas ao período de 1997 à 2002, parcelado no âmbito da Lei 11.941/09, consolidada em junho de 2011 com previsão de encerramento em outubro de 2024.

27. Obrigações com a Cooperativa

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Letra de câmbio (iii)	127.889	127.149
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	4.684	12.045
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (i)	25.592	15.146
Obrigações com a Cooperativa	<u>158.165</u>	<u>154.340</u>
Circulante	<u>(30.276)</u>	<u>(21.135)</u>
Não circulante	<u>127.889</u>	<u>133.205</u>

- (i) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa

A Açucareira Quatá S.A. reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011.

- (ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar

Refere-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Açucareira Quatá S.A. denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa.



27. Obrigações com a Cooperativa—Continuação

(iii) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

A natureza dos débitos dá-se da seguinte forma:

	31/03/2024	31/03/2023
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	1.604	4.125
PIS - Programa de Integração Social	104	268
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	23.884	10.753
	25.592	15.146

28. Salários e contribuições sociais

	31/03/2024	31/03/2023
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	43.278	31.416
Provisão de férias e encargos	31.332	26.607
Contribuição social com empregados	14.460	10.780
Salários e ordenados	15.161	12.970
Outras contribuições	892	1.093
	105.123	82.866

29. Provisões

	1º de abril de 2023	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	464.338	340.638	(2.833)	1.592	803.735
Cíveis e ambientais	4.964	888	(1.445)	1.790	6.197
Trabalhistas	28.543	10.945	(19.008)	7.190	27.670
Total de passivos contingentes	497.845	352.471	(23.286)	10.572	837.602

Na linha tributárias está sendo considerado ações indenizatórias do IAA no montante de R\$ 787.431 em março de 2024 (R\$ 451.907 em março de 2023).

O Grupo possui também outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 693.560 em março de 2024 (R\$ 780.851 em março de 2023). Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras combinadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.



29. Provisões—Continuação

Do montante apresentado de contingências passivas, com risco possível de perda, destaca-se o processo de debêntures que resultou em dois autos de infração, em resumo, a Açucareira Quatá S.A. obteve insumos (cana-de-açúcar) da Companhia Agrícola Quatá e registrou os valores a pagar, fato que acarretou no acúmulo de dívidas. Em dezembro de 2002, os créditos associados a tais dívidas foram utilizados para a subscrição de debêntures, a fim de conferir maior liquidez para o credor, bem como remuneração considerada mais adequada. No ano de 2012, teve início uma fiscalização, a qual resultou em autuações sobre os anos de 2009 a 2012, tendo em vista a glosa das despesas com a emissão de debêntures. São dois autos de infração que atualizados somam R\$ 204.551, sendo os principais processos divulgados.

O Grupo possui também contingências ativas dentre elas se destaca o processo discutido pela Cooperativa junto à União conforme nota explicativa 13 (a).

30. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

				31/03/2024
	Valor contábil		Hierarquia do valor justo	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	2.346.374	-	2.346.374	2.346.374
Instrumentos financeiros derivativos	2.948	-	2.948	2.948
Total	2.349.322	-	2.349.322	2.349.322
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	68.735	68.735	68.735
Contas a receber de clientes	-	107.823	107.823	107.823
Contas correntes - Cooperativa	-	52.613	52.613	52.613
Dividendos a receber	-	329	329	329
Mútuo financeiro	-	939	939	939
Total	-	230.439	230.439	230.439
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	313.388	313.388	313.388
Instrumentos financeiros derivativos	-	757	757	757
Empréstimos e financiamentos	-	3.425.441	3.425.441	3.425.441
Obrigações com a Cooperativa	-	158.165	158.165	158.165
Outras contas a pagar	-	31.149	31.149	31.149
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	162.663	162.663	162.663
Total	-	4.091.563	4.091.563	4.091.563



30. Instrumentos financeiros—Continuação

a) Classificação contábil e valores justos—Continuação

				31/03/2023
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	1.514.086	-	1.514.086	1.514.086
Instrumentos financeiros derivativos	16.920	-	16.920	16.920
Total	1.531.006	-	1.531.006	1.531.006
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	137.386	137.386	137.386
Contas a receber de clientes	-	129.916	129.916	129.916
Contas correntes - Cooperativa	-	268.626	268.626	268.626
Mútuo financeiro	-	1.302	1.302	1.302
Total	-	537.230	537.230	537.230
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	343.494	343.494	343.494
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.078	5.078	5.078
Empréstimos e financiamentos	-	3.513.039	3.513.039	3.513.039
Obrigações com a Cooperativa	-	154.340	154.340	154.340
Outras contas a pagar	-	44.313	44.313	44.313
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	166.137	166.137	166.137
Total	-	4.226.401	4.226.401	4.226.401

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades, bem como fazendo recomendações. A diretoria do Grupo é responsável pela gestão do sistema de riscos elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visam a eliminação, mitigação e monitoramento dos riscos do Grupo.



30. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*—Continuação

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Em outubro de 2021 o Grupo criou uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela diretoria do Grupo. Além da área de controles internos, o Grupo contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim, foi criada uma área de gestão riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros do Grupo. A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A diretoria do Grupo adota uma política de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira. O Grupo apresenta uma proposta de limite de crédito após análise. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente.



30. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

ii) *Risco de crédito*—Continuação

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o exercício em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.



30. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

iii) *Risco de liquidez*—Continuação

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2024						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	313.388	313.388	156.694	156.694	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.425.441	2.807.501	456.319	362.003	668.089	1.321.090	-
Instrumentos financeiros derivativos	757	757	379	378	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	158.165	158.165	15.138	15.138	30.276	60.552	37.061
Outras contas a pagar	31.149	31.149	15.575	15.574	-	-	-
	3.928.900	3.310.960	644.105	549.787	698.365	1.381.642	37.061

	31/03/2023						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	343.494	343.494	171.747	171.747	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.513.039	3.513.039	822.499	271.723	858.898	1.476.966	82.953
Instrumentos financeiros derivativos	5.078	5.078	2.539	2.539	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	154.340	154.340	10.568	10.567	21.135	42.270	69.800
Outras contas a pagar	44.313	44.313	22.156	22.157	-	-	-
	4.060.264	4.060.264	1.029.509	478.733	880.033	1.519.236	152.753

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.



30. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

v) *Risco cambial*

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado está apresentado abaixo:

Nota	31/03/2024		31/03/2023	
	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro
Caixa e equivalentes de caixa	1.304	62	5.474	2.893
Clientes a receber	4.807	9.128	9.683	7.333
Fornecedores	(5.821)	(482)	(1.146)	(146)
Empréstimos e financiamentos	(4.977)	(22.922)	(13.628)	(30.767)
Swap de moeda e taxa de juros	-	-	1.497	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	16.050	17.235	23.700	32.550
Exposição líquida	11.363	3.021	25.580	11.863

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional do Grupo, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin (nota 25 (c)). Para tanto, a gestão financeira do Grupo implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do hedge, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2024, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.



30. Instrumentos financeiros—Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

v) *Risco cambial*—Continuação

Análise de sensibilidade—Continuação

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.366	342	683	(342)	(683)
Clientes a receber	13.935	3.484	6.968	(3.484)	(6.968)
Fornecedores	(6.303)	(1.576)	(3.152)	1.576	3.152
Empréstimos e financiamentos	(27.899)	(6.975)	(13.950)	6.975	13.950
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(33.285)	(8.321)	(16.643)	8.321	16.643
Exposição líquida	(52.186)	(13.046)	(26.094)	13.046	26.094

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8.367	2.092	4.184	(2.092)	(4.184)
Clientes a receber	17.016	4.254	8.508	(4.254)	(8.508)
Fornecedores	(1.292)	(323)	(646)	323	646
Empréstimos e financiamentos	(44.395)	(11.099)	(22.198)	11.099	22.198
Swap de moeda e taxa de juros	1.497	374	749	(374)	(749)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(56.250)	(14.063)	(28.125)	14.063	28.125
Exposição líquida	(75.057)	(18.765)	(37.528)	18.765	37.528

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais.

O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A diretoria do Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. A Companhia e suas controladas foram certificadas através de suas unidades produtivas a participar no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.



31. Receita operacional líquida

a) Fluxos da receita

O Grupo gera receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita bruta de produtos e serviços	3.751.410	3.639.175
Impostos sobre vendas	(256.912)	(223.118)
Devoluções e abatimentos	(7.381)	(5.751)
	<u>3.487.117</u>	<u>3.410.306</u>

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Mercado interno:		
Etanol	1.164.928	1.316.534
Açúcar	764.844	878.537
Energia elétrica	216.383	134.193
Derivados de levedura	83.254	49.205
Outras receitas - CBIOS	51.002	51.309
Outras vendas	1.728	31.571
	<u>2.282.139</u>	<u>2.461.349</u>
Mercado externo:		
Derivados de levedura	554.816	654.508
Açúcar	762.057	394.789
Etanol	152.398	128.529
	<u>1.469.271</u>	<u>1.177.826</u>
Receita bruta de produtos e serviços	<u>3.751.410</u>	<u>3.639.175</u>
Impostos sobre vendas	(256.912)	(223.118)
Devoluções e abatimentos	(7.381)	(5.751)
	<u>3.487.117</u>	<u>3.410.306</u>



31. Receita operacional líquida—Continuação

b) Desagregação da receita de contratos com clientes—Continuação

i) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Substancialmente a receita de levedura ocorre para clientes estabelecidos na Europa e Estados Unidos.



32. Despesas operacionais por natureza

	31/03/2024	31/03/2023
Custo		
Matéria prima e materiais de uso e consumo	1.771.762	1.769.648
Depreciação e amortização	569.981	506.077
Despesas com pessoal	306.484	250.310
Baixa de insumos	13.693	27.992
Outros gastos	9.929	12.075
Variação no valor justo do ativo biológico	128.101	65.779
	2.799.950	2.631.881
Despesas com vendas		
Rateio despesas - Copersucar	9.879	9.493
Gastos com armazenagens	12.215	7.581
Despesas com pessoal	30.850	23.571
Frete	11.132	8.055
Serviços prestados por terceiros	22.691	35.885
Comissão	2.707	3.207
Depreciação e amortização	5.656	8.041
Outros	11.639	(4.564)
	106.769	91.269
Despesas administrativas de gerais		
Despesas com pessoal	109.908	85.133
Serviços prestados por terceiros	78.205	56.361
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	14.248	12.649
Depreciação e amortização	8.439	5.097
Aluguéis	3.847	3.241
Outros	12.657	48.554
	227.304	211.035
Total despesas e custo	3.134.023	2.934.185
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	2.671.849	2.566.102
Variação no valor justo do ativo biológico	128.101	65.779
Despesas de vendas	106.769	91.269
Despesas administrativas e gerais	227.304	211.035
	3.134.023	2.934.185



33. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA)	929.775	350.396
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa	(29.773)	(19.147)
Resultado com vendas e baixas de imobilizado	(29.920)	1.526
Outras	(10.359)	(15.633)
	<u>859.723</u>	<u>317.142</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 13, durante a safra 23/24 a Zilor recebeu o repasse do montante de R\$ 1.047.019 referente a 6ª parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório (R\$ 395.938 referente a 5ª parcela do 1º precatório e a 4ª parcela do 2º precatório em 31 de março de 2023), a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS. Nesta nota explicativa estamos deduzindo as despesas e honorários de 10% no montante de R\$ 138.220 (R\$ 45.542 em 31 de março de 2023).

34. Receitas financeiras

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	33.615	37.912
Juros sobre aplicações financeiras	167.565	172.740
Juros sobre atualização de créditos tributários	3.272	2.590
Juros sobre operações com a Cooperativa	2.033	6.832
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	(1.979)	7.100
	<u>204.506</u>	<u>227.174</u>

35. Despesas financeiras

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(389.878)	(416.293)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(7.005)	(18.641)
Despesa financeiras com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(98.891)	(87.479)
Juros sobre demais operações	(11.578)	(28.606)
Despesas bancárias	(1.105)	(8.901)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(14.789)	(20.093)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(9.480)	(8.399)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(1.396)	(5.179)
	<u>(534.122)</u>	<u>(593.591)</u>



36. Variações cambiais líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Varição cambial ativa		
Empréstimos e financiamentos	16.235	27.240
Demais operações	11.020	22.476
	27.255	49.716
Varição cambial passiva		
Empréstimos e financiamentos	(9.933)	(43.044)
Demais operações	(19.968)	(12.047)
	(29.901)	(55.091)
Variações cambiais líquidas	(2.646)	(5.375)

37. Compromissos

a) Compra de cana-de-açúcar

O Grupo possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2032 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

O Grupo possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 22, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.



38. Avais, fianças e garantias

O Grupo é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Empresa Avalista</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Parceiros agrícolas	Açucareira Quatá S.A	9.147	35.138
	Companhia Agrícola Quatá	-	651
		<u>9.147</u>	<u>35.789</u>

A Companhia Agrícola Quatá é avalista no montante líquido de R\$ 9.147 na safra 23/24 registrado Açucareira Quatá S.A. a provisão contábil. Os montantes a serem liquidados são: de R\$ 1.608 na safra 24/25 e R\$ 7.539 na safra 25/26.



39. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2024, o Grupo possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Usina e Biorigin	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	350.000.000
	Lucros Cessantes	141.734.028
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Escritórios e Armazém Paulínia	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	1.450.006.893
Veículos	Casco	100% Tabela Fipe
	Acidente Pessoal por passageiros	50.000
	Danos Materiais	150.000
	Danos Corporais	200.000
	Danos Morais	200.000
Equipamentos Agrícolas - Benfeitoria	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	10.916.068
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Equipamentos Agrícolas - Penhor Rural	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	5.808.199
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 20.000.000
	Danos ao empregado	USD 20.000.000
D&O (Responsabilidade Civil Diretores e Administradores)	Ações contra diretores e Administradores	100.000.000
Transporte Nacional	Danos causados a mercadorias e/ou maquinários durante transporte inland	3.000.000
Transporte Importação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de importação	USD 2.500.000
Transporte Exportação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de exportação	USD 1.700.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.



40. Evento subsequente

Emissão de debêntures

A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.

Foram emitidas 300.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000.

As Debêntures foram emitidas em 20 de junho de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,25% a.a..

Diretoria Executiva Diretores

Fabiano José Zillo
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

